

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo  
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/39015/2024>

# Capacitismo: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais

Gustavo Martins Piccolo

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7613>

Submetido em: 2023-12-04

Postado em: 2023-12-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **Capacitismo: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais**

### **Ableism: a useful category for the historical analysis of social marginalizations**

### ***Capacitismo: una categoría útil para el análisis histórico de la marginación social***

*Gustavo Martins Piccolo*

Universidade de Araraquara. Email: [gupiccolo@yahoo.com.br](mailto:gupiccolo@yahoo.com.br).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6078-9176>

**Resumo:** Este artigo, realizado mediante processo de revisão literária integrativa, objetiva fornecer contributos para a produção de uma epistemologia do capacitismo. Para tanto, escrutina a ideia de norma e desvela a violência contida em seus elementos constitutivos, os quais empurraram a diferença da deficiência ao interdito. Em seguida, historiciza os processos formativos da lógica capacitista e destaca como esta pode servir de ferramenta analítica para a compreensão de marginalizações vivenciadas por grupos minoritários, dado o caráter centrípeto exercido pela ideia de corponormatividade. Finaliza assinalando que a construção de uma epistemologia capacitista configura-se como parte da luta mais ampla por justiça e para a construção de uma nova geografia social, uma nova antropologia.

**Palavras-Chave:** Capacitismo. Normalidade. Desigualdade Social. Deficiência. Diferença.

**Abstract:** This article, carried out through an integrative literary review process, aims to provide contributions to the production of an epistemology of ableism. To this end, it scrutinizes the idea of a norm and reveals the violence contained in its constituent elements, which pushed the difference between disability and prohibition. It then historicizes the formative processes of ableist logic and highlights how it can serve as an analytical tool for understanding marginalizations experienced by minority groups, given the centripetal character exercised by corponormativity idea. It ends by noting that the construction of an ableist epistemology is configured as part of the broader struggle for justice and the construction of a new social geography, a new anthropology.

**Keywords:** Ableism. Normalcy. Social Inequality. Disability. Difference.

**Resumen:** Este artículo, realizado a través de un proceso de revisión literaria integradora, tiene como objetivo brindar contribuciones a la producción de una epistemología del capacitismo. Para ello, escudriña la idea de norma y revela la violencia contenida en sus elementos constitutivos, que empujaron la diferencia entre discapacidad y prohibición. Luego historiza los procesos formativos de la lógica capacitista y destaca cómo puede

servir como herramienta analítica para comprender las marginaciones experimentadas por los grupos minoritarios, dado el carácter centrípeto que ejerce la idea de corponormatividad. Termina señalando que la construcción de una epistemología capacitista se configura como parte de una lucha más amplia por la justicia y la construcción de una nueva geografía social, una nueva antropología.

Palabras clave: Capacitismo. Normalidad. Desigualdad Social. Discapacidad. Diferencia.

## Introdução

Lembro-me ainda hoje do impacto exercido quando da leitura do texto de Scott (1995): “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” no início dos anos 2000. Era como se uma nova fronteira intelectual se abrisse quanto às possibilidades de compreensão do mundo pelas vias do gênero. Um texto político radical - não no sentido extremista, e, sim, daquele que vai à raiz dos fatos –, ativista e que analisava as opressões enfrentadas pelas mulheres como históricas e relacionadas aos desenhos impostos pelo machismo, pelo patriarcalismo e pela violenta estrutura cultural.

Com a marca de um clássico, que é a de resistir ao tempo, o artigo de Scott (1995) voltou em minha memória quando da leitura dos textos de Wolbring (2008) e Campbell (2009), os quais asseveram a necessidade em se pensar o conceito de capacitismo para além de relações vinculadas a definição do tratamento negativo destinado as pessoas com deficiência, tornando-o útil para compreensão de processos transversais de exclusão social.

Com isso, para que fique claro, não estamos abrindo mão da importância em se possuir uma categoria para discutir o preconceito específico contra pessoas com deficiência, que existe e desempenha um efeito devastador sobre este coletivo populacional, aliás, tal categoria necessita ser melhor desenvolvida dado seu caráter ainda embrionário, entretanto, partimos do suposto de que as lutas das pessoas com deficiência poderão ter maior sucesso e alcance político quando vistas sob o prisma de experiências também manifestadas em outros grupamentos marginalizados, posto tal ato auxiliar no combate a individualização da experiência da deficiência, uma das marcas trágicas da colonização do saber clínico sobre este fenômeno.

A ideia de capacitismo forja-se em um duplo dialético que consente em se pensar no conjunto de toda e qualquer manifestação que se desvia de uma dita norma universal, que é operativa na redução de oportunidades de negros, mulheres, indígenas, gays, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. Portanto, sua investigação pode permitir compreensões gerais que desdobram em relações ainda não percebidas, constituindo-se em uma plataforma decisiva pela qual concebemos a genealogia das desigualdades sob a modernidade.

Este entendimento encontra suporte, inclusive, na literatura nominada modelo social da deficiência, uma vez que para Barnes (1996), a política da deficiência vai além do tecimento de considerações sobre pessoas com deficiência, posto desafiar a opressão em variadas formas e manifestações mediante contestação dos valores culturais que criam e sustentam violentas gramáticas de exclusão social.

Dito isto, este trabalho, arquitetado mediante revisão literária e fincado nos cânones da dialética hegeliana, objetiva destacar o capacitismo como uma categoria

fundamental para a análise histórica dos processos excludentes operados hodiernamente e na denúncia de opressões vivenciadas por grupos minoritários.

### **A modernidade e a invenção da norma: notas sobre a aversão ao diferente**

Inegavelmente, a Modernidade operou importantes transformações materiais e espirituais quando comprada ao Medieval, sendo uma das mais características àquilo que Weber (2005) nominou como desencantamento do mundo, ato sintetizado pela superação das formas religiosas de explicação dos fenômenos naturais/sociais por interpretações racionais, individuais e mundanas. A partir de então, os seres humanos somente poderiam recorrer a si próprios para tentar compreender e controlar a realidade que os cercavam.

Nessa nova realidade, ansiosa por progresso, pela busca do idêntico e sufocamento da diferença, o corpo passa a assumir um protagonismo identitário jamais percebido nos tempos idos, pois através dele passamos a ser fixados ou rejeitados pela cultura ordinária. Não por acaso, Bauman (1998) entende a Modernidade como antropológica em relação aos estranhos e Foucault (1978) a percebe como uma cultura de exclusão, confinamento e esquecimento. Para ambos, no centro da Modernidade, encontra-se um sonho de ordem e pureza que representam a moralidade da época insurgente, um tempo cuja preocupação com a saúde tem se mostrado extremamente durável e que castigou, estigmatizou, patologizou e invalidou os que eram vistos como diferentes.

Não surpreende assim o fato de nenhuma cultura jamais ter produzido tantos estranhos como a Modernidade. Neste período histórico, pessoas com deficiência foram entendidas como ameaça ao tecido social, pois afrontavam à cultura normalizadora estabelecida ainda nos fins do medieval e que teve na figura lapidar do leproso uma de suas imagens mais representativas.

Singular a este respeito mostra-se a passagem de Foucault (1978), para quem o que permaneceu mais longe do que a lepra, e persistiria mesmo quando as casas dos lazareiros estiveram vazias por anos, foram os valores e as imagens ligadas à figura do leproso, assim como o significado de sua exclusão, a importância social dessa figura insistente e temerosa que não foi expulso sem primeiro ser inscrito dentro de um círculo sagrado.

Deste quadro imagético representacional nasce a ideia da institucionalização, fenômeno que irá efetivamente marcar o trato da modernidade para com a pessoa com deficiência, assim como do conceito acessório de reabilitação, cuja pressuposição estabelece que a assimilação estética/funcional da norma consiste no preço da aceitação social.

Cabe frisar que esta composição não se mostrava presente nos períodos históricos precedentes, pois como salientou Bakhtin (1968), o barroco medieval, recheado de predileções carnavalescas, se mostrou muito menos preconceituoso em relação às diferenças e até certo ponto confortável com a negação da uniformidade e semelhança. Um cenário em muito distinto àquele expresso pelo corpo fechado da modernidade, que decidiu pela exclusão da alteridade mediante a proclamação de um discurso que tomou as supostas diferenças de natureza biológica, intelectual e moral entre grupos humanos como distinguíveis e derivadas de propriedades somáticas, tal

qual apontam Dumont (1974) e Guillaumin (1992). Sublinhado enunciado deu azo ao aparecimento de doutrinas individualistas as quais diferenciariam a Idade Moderna do Medievo ou da Antiguidade.

A percepção das desigualdades entre humanos como fundadas a partir de diferenças biológicas/funcionais que circulam coletivos populacionais exerceu profundo impacto no imaginário moderno e teve por consequência direta a explicação das percebidas desvantagens como derivadas de distinções biológicas e não de construções da sociedade e cultura; subsequentemente resultou na medicalização das condições extranormativas tidas como não incorporáveis e que tinha na deficiência uma de suas experiências diletas.

Destarte, o projeto da Modernidade empenhado a partir do desenvolvimento do capitalismo jamais foi pensado originalmente para acomodar corpos estranhos, uma vez que se trata de um tempo que visualizaria a diferença e a deficiência como elementos a serem corrigidos/exilados de forma a impedir vias de comunicação entre aqueles que estão dentro e fora das instituições. Essa separação objetivava que os desviantes se refizessem em normais mediante técnicas funcionais/estéticas de correção, escrupulosamente desenhadas em espaços médicos cujos profissionais eram tidos como uma espécie de artesãos corpóreos e comportamentais. Mas, era uma arte em busca do sempre igual e não do potencialmente inédito, por isso, mais que o anseio pela igualdade, o projeto moderno enraizou-se na busca do essencialmente igual, do idêntico, com a consequente suspensão da diferença. Singular, nesse sentido, se mostra a passagem de Braddock e Parish (2001), os quais asseveram que a ciência da reabilitação foi a solução burguesa para a imperfeição.

Não causa estranheza, portanto, que Bauman (1989) defina o Holocausto não como aberração histórica, e, sim, como um horror consistente ao próprio projeto moderno que tomou a diferença como atributo a ser eliminado ou separado. Não por acaso, a lógica que criou os fenômenos da institucionalização, dos grandes confinamentos e dos campos de concentração surgem como respostas aos problemas da higiene política inaugurados em tempos modernos, embora uma solução se mostrasse mais final que a outra. Hodiernamente, as constantes guerras e políticas xenofóbicas parecem dar azo a este entendimento. Nesse sentido, ao contrário do que pressupunha Latour (2013), diria que jamais fomos tão modernos.

Evidente está que a tendência homogeneizadora operada pelo projeto moderno quando de seu nascituro se transformou com o correr dos anos muito em razão das lutas operadas pelos grupos marginalizados - os quais desafiaram paisagens segregacionistas - e da própria modificação das relações público-institucionais, contudo, ainda permanece viva no tempo presente a vontade de ordenar, regular corpos/funções, dividir e patologizar variações existenciais a partir do esquadro clínico definido pelo conceito de norma, tornada bússola moral e comportamental da sociedade.

A busca pela norma, dado seu caráter imanente, transcende a objetivação do conceito de ideal manifestada nos tempos pré-modernos, inscrevendo-se nas artes mundanas de julgar e comparar, portanto, manifestada em qualquer relação social ordinária. Com base nestes elementos, Louro (2008, p.22) assinala que a norma não emana de um único lugar, não “é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas

cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se naturalizar”.

O processo de naturalização acima descrito objetiva universalizar e tornar neutros constructos arbitrariamente produzidos, cujo intento final reside em demarcar os limites entre normal e patológico. Para Latour (2013), e neste ponto concordamos com ele, normalizar e patologizar são elementos nucleares utilizados pela modernidade para classificar pessoas, garantindo que populações sejam contadas, mapeadas e ordenadas por matrizes específicas, ainda que estas não reflitam ou até distorçam a realidade.

A partir destes binários, distintos, mas interferentes, que a deficiência, desde a consolidação do sistema capitalista de produção, foi caracterizada como condição inerentemente negativa, pois patológica, e os sujeitos que vivenciavam tal experiência desabilitados e não reconhecidos como dignos de participação paritária. Norma e forma definem, assim, tanto o que conta como um corpo legítimo como os quadrantes do corpo desvalorizado, não normativo.

Os processos diagnósticos e classificatórios pelos quais os corpos são lidos e produzidos como normais ou anormais/patológicos mobilizam tanto um capital físico como também um capital político, simbólico e social mediante os quais as pessoas são produzidas e inseridas "dentro de uma hierarquia de características corporais que determina a distribuição de privilégio, status e poder" (GARLAND-THOMSON, 1997, p.6).

Esta forma binária de organização social que distingue certas experiências como normais e outras como anormais, - cuja consecução escora-se na própria tradição dualista do pensamento ocidental (natureza/cultura, eu/outro, razão/emoção etc.) -, funda àquilo que podemos chamar de moral capacitista, cuja razão de ser pretende instalar uma divisão entre corpos capazes/possíveis e corpos incapazes/impossíveis de serem assimilados nos ditames normativos e no regime ordinário das relações sociais/laborais/políticas. Destarte, a norma se comporta como uma figura por intermédio da qual determinadas pessoas se representam como seres humanos definitivos e não marcados, via de regra, alinhadas com os atributos de uma pequena minoria de pessoas reais: brancos, homens, cristãos, heterossexuais e sem qualquer comprometimento (GARLAND-THOMSON (1997).

Com base nesta classificação quase que morfológica, corpos lidos como anormais são vistos como se incorporassem atributos estereotipados necessariamente associados a condições de desvantagens intrínsecas. No caso da pessoa com deficiência, estes atributos incluem fragilidade, baixa inteligência, imobilidade, assexualidade ou sexualidade exacerbada, agressividade, dependência, entre outros. O caráter relacional, contextual e temporal destes estigmas nos auxiliam a compreender a deficiência e seu significado não como fato médico estático, e, sim, como construção social vazada.

Apresentados os fundamentos responsáveis pela formação da gramática capacitista é chegada a hora de nos debruçarmos sobre a análise deste conceito.

## **Afinal, o que é capacitismo?**

Conforme Albrecht (2006), a ideia da necessidade da criação de um conceito analítico genérico para descrever atitudes e comportamentos discriminatórios em relação às pessoas com deficiência remonta ao final da década de 1960 e foi motivada a partir da popularização dos conceitos *racism* e *sexism* (racismo e sexismo) na explicação de desvantagens experimentadas por negros e mulheres.

Na senda destes lineamentos, Bogdan e Biklen (1977, p.17-18) cunharam o termo *handicapism* no ano de 1977, tomando este “como o conjunto de pressupostos e práticas que promovem um tratamento diferenciado e desigual das pessoas devido a diferenças físicas, mentais ou comportamentais, quer aparentes ou assumidas”. Embora a definição de Bogdan e Biklen (1977) pareça precursora, exerceu rareado impacto político e não se consolidou como categoria analítica.

Para Campbell (2009), esta situação se modificaria somente no ano de 1981, quando da publicação do número temático “Mulheres com Deficiência”, no periódico *Off Our Backs*. Todavia, discordamos de Campbell (2009), pese a importância da publicação mencionada, por considerarmos que a mesma não era nem originária – já que existiram tentativas similares em períodos anteriores -, tampouco robusta, na medida em que as definições daí derivadas versavam mais sobre o conjunto de discriminações vivenciadas pelas mulheres do que propriamente vinculadas à condição de deficiência.

Em vista disso, entendemos que a original definição sistemática e abrangente do conceito de capacitismo fora engenhada por Rauscher e McClintock (1996, p.198), que, além de cunharem o termo *ableism*, o caracterizaram como

um sistema penetrante de discriminação e exclusão que oprime as pessoas com deficiências mentais, emocionais, sensoriais e físicas. Trata-se de crenças profundamente enraizadas sobre saúde, produtividade, beleza e o valor da vida humana, perpetuadas pelos meios de comunicação público e privados e que se combinam para criar um ambiente muitas vezes hostil àqueles cujas características físicas, mentais, cognitivas e sensoriais ficam fora do escopo do que é atualmente definido como socialmente aceitável.

O conceito expresso por Rauscher e McClintock (1996), pela primeira vez, tece considerações sobre o caráter arbitrário assumido por atributos valorizados pela cultura hegemônica e que se estabelecem em contraste às diferenças expressas pela deficiência. Ainda assim, restava como necessário a construção de uma epistemologia mais detida do conceito de capacidade, elemento materializado por Campbell (2001, p.44), que vaticina o capacitismo como “uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de Eu e Corpo (o padrão corpóreo) que se projeta como o perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e plenamente humano. A deficiência, então, é apresentada como um estado diminuído do ser humano”.

No entender de Campbell (2008), o capacitismo impõe um determinado padrão corpóreo normativo cujo desvio alicerça a materialização de desigualdades reais experimentadas por coletivos desacreditados socialmente. Em razão disso, muitas das pessoas atravessadas por tais representações emulam espectros capacitistas de forma a

transformar seus comportamentos e corpos com o intento de fugir destas estereotípias e assim se inserir em espaços sociais de prestígio.

Sob tal quadro imagético, o olhar métrico do capacitismo produz a deficiência como contraimagem à capacidade corporal desejada, transformando-a em condição inerentemente negativa e que precisa de intervenção clínica individual, fato que resultou na secundarização da explicação das questões de de injustiça, inacessibilidade, estigma e negação de direitos (CAMPBELL, 2009).

Aderente a este quadro analítico, podemos definir o capacitismo como o conjunto de preconceitos, discriminações, estereótipos e opressões enfrentadas pelas pessoas com deficiência, complexo este que acarreta um tratamento desrespeitoso e desigual a tais sujeitos com base em ideias, práticas, instituições e relações sociais que presumem certas capacidades como obrigatórias e veem nas pessoas com deficiência a antítese destes supostos. Sob esta perspectiva, o capacitismo estabelece um binário dinâmico não simplesmente comparativo, mas correlacionalmente constitutivo da representação humana.

Por conseguinte, o capacitismo estrutura nossas perspectivas e percepções de forma a entendermos como natural a ideia histórica de que a única resposta apropriada a condição de deficiência se resume na disponibilização de intervenções clínicas, objetivando a superação desta experiência, fato que acaba por moldar a maneira pela qual concebemos a infraestrutura física e as interações comunicativas, os dispositivos legais e pedagógicos, a imaginação digital e tecnológica que nos rodeia.

A circulação desta narrativa capacitista, que vaticina a deficiência como desvio ou diferença indesejada é fundamental para compreendermos seu desempenho efetivo e prático na vida cotidiana. Escorado neste espectro simbólico, a deficiência invariavelmente se comportará como um estado de humanidade incompleto ou diminuído. Singular, se mostram as palavras de Campbell (2008a, p.153-154), para quem,

Os processos de capacitismo veem a imaginação corpórea em termos de capacidade compulsória, ou seja, certas formas de materialidade 'aperfeiçoada' são postuladas como preferíveis. Uma característica principal de um ponto de vista capacitista é a crença de que a deficiência (independente do 'tipo') é inerentemente negativa, que deve, se a oportunidade se apresentar, ser melhorada, curada ou mesmo eliminada. O que fica indizível são as leituras do corpo deficiente apresentando a vida com deficiência como uma modalidade de subjetividade animadora e afirmativa. Em vez do abraço ontológico, os processos de capacitismo, como os do racismo, induzem uma internalização que desvaloriza a incapacidade.

A consequência mais direta deste processo de desvalorização da subjetividade da pessoa com deficiência, ainda que não exista uniformidade categórica neste ato complexo e sempre dialético, é o impacto na formação de seu eu, transfigurado em outro, regulando e interferindo na constituição de sua identidade. Claro que o processo de negação conduzido por práticas capacitistas, tal qual pontua Shapiro (1993), também pode desempenhar o papel de catalisador ao aparecimento de ações político-ativistas de

resistência à biologicização e patologização dos corpos das pessoas com deficiência, contudo, em diversos momentos, o que se tem percebido é a internalização de um processo opressivo que carrega o quadro representacional da deficiência de imagens negativas, trágicas e destrutivas.

A opressão internalizada não deve ser vista como a causa das desigualdades e discriminações experimentadas pelas pessoas com deficiência, e, sim, o resultado decorrente do processo de marginalização operado pela sociedade e incorporado como verdade incontestada, fato que ocasiona dolorosas marcas no processo de formação da subjetividade destes indivíduos.

A apropriação de imagens negativas da experiência da deficiência com naturalidade vincula-se ao fato de nascermos em um mundo que envia contínua e reiteradamente mensagens de que a deficiência pode, quando muito, ser tolerada, mas jamais valorizada como signo de diversidade humana e cultural. Estas mensagens injuriosas se corporificam e dobram nossa espinha, adentram em nossos membros, interferem em nossas ações, moldam nossos gestos, palavras, pensamentos e, adicionalmente, definem os locais aos quais podemos ocupar e ter direito a fala, ou ao silêncio.

A feitura final deste processo opressivo ocorre quando a pessoa com deficiência rejeita sua própria imagem, defendendo a imposição da corponormatividade dominante e a superioridade desta forma existencial quando comparada a sua condição. Tal composição nos faz rememorar uma célebre passagem de Fanon (2008), para quem, no contexto colonial, o colono só termina seu trabalho de invadir o nativo quando este último admite em voz alta e inteligivelmente a supremacia dos valores do homem branco.

Esta generalização esquemática das pessoas com deficiência como incapazes se afigura como um dos efeitos mais perversos da lógica capacitista, uma ideologia (não natural, tampouco inevitável) que hierarquiza sujeitos em razão de padrões corporais/comportamentais/funcionais desenhados por setores hegemônicos e justifica situações de desigualdade como inevitáveis, objetivando esvaziar a arbitrariedade e intencionalidade da norma e manter intactas relações de poder que colocam esta experiência em situação de liminaridade. Ao se portar assim, o capacitismo atribui exclusivamente a existência de comprometimentos as razões do desajuste das pessoas com deficiência, ignorando restrições impostas externamente e fazendo deste uma espécie de fato total que abarcaria a totalidade do ser destes sujeitos.

Evidente que outros coletivos marginalizados também sofrem os impactos das gramáticas capacitistas, entretanto, no caso das pessoas com deficiência, é como se estas materializassem de per si o afastamento da capacidade e da aptidão.

Por isso, embora corrobore com Mello (2016) de que a melhor tradução para o vocábulo *ableism*, na língua portuguesa, é de fato o termo capacitismo, pois relacionada a negação aventada da capacidade de as pessoas com deficiência de participarem da vida coletiva, de fazer tarefas, tomar decisões, enfim, a capacidade de ser; discordo quando a autora (MELLO, 2020) assevera que o contrário da deficiência “não é eficiência, mas capacidade. O oposto da eficiência é ineficiência. Assim, não faz sentido usarmos (d)eficiência para indicar jogos binários entre “deficiência e eficiência” ou mesmo atenuar uma suposta valoração negativa da categoria deficiência”.

Ora, uma sentença não invalida a outra no jogo dialético de representações sociais ordenadas na vida coletiva a partir da modernidade. Neste sentido, não podemos esquecer, como bem aponta Davis (1995), que a transformação das relações produtivas conduzidas pelo sistema capitalista teve como uma de suas primeiras consequências a expulsão coletiva das pessoas com deficiência do universo do trabalho, elemento inexistente na Antiguidade e no Medievo, e cuja razão de ser se fundou na lógica de sua corporalidade se mostrar inadequada à eficiência desejada neste novo universo produtivo, daí estas serem nominadas como deficientes. Inclusive, a própria origem do termo deficiência para designar o coletivo de pessoas com comprometimentos surge em função desta relação no século XVIII.

Feita esta ponderação, resta evidente que o capacitismo não se de um caso de ignorância e atitudes negativas em relação a certos padrões existenciais, pois como bem assevera Campbell (2009), se assim o fosse bastaria a criação de programas educacionais que combatessem tais práticas e valorizassem a diferença enquanto componente constitutivo da humanidade que o problema estaria resolvido na cronologia de uma geração. A lógica do pensar capacitista está intrincada na confecção do próprio projeto da modernidade que deu formato às sociedades contemporâneas, assim, trata-se de uma questão estrutural que adentra nos mais distintos recônditos geográficos e penetra nos poros das relações entre humanos em sociedade, portanto, compõe a organização política e econômica da sociedade e manifesta-se mesmo quando inexistente intenção individual para tanto.

No entender de Wolbring (2008), é esta análise mais abrangente do conceito de capacitismo, dada sua expansividade, que nos permite descrever manifestações opressivas experimentadas por qualquer grupo marginalizado com base na distância percebida em relação a alguma norma social desejada. Tal cenário abre fendas para que compreendamos de que forma certas gramáticas têm sido utilizadas para justificar a ocupação de posições privilegiadas por determinados grupos em detrimento a outros. Nas palavras de Wolbring (2008, p.253),

O capacitismo reflete o sentimento de certos grupos sociais e estruturas sociais que valorizam e promovem certas habilidades, por exemplo, produtividade e competitividade, em detrimento de outras, como empatia, compaixão e gentileza.

Na senda destes lineamentos, Campbell (2009) confecciona sua ideia mais poderosa ao asseverar que o capacitismo é um assunto que diz respeito a totalidade dos seres humanos, não por um imperativo ideológico, e, sim, pelo fato de sermos todos afetados pelo espectro do corpo normal e do corpo deficiente. O capacitismo materializa um conjunto de disposições que impacta diretamente nossas rotinas, interações e imaginação, relacionando-se ao processo de tornar-se capaz e ser reconhecido em condições de igualdade. Evidente está, tal qual assinala Campbell (2009), que embora todos sejam afetados pelas gramáticas do capacitismo, nem todos o são da mesma maneira ou forma, posto que enquanto alguns experimentam discriminações outros se beneficiam

em termos de titularidade destas ações ao se colocarem como espelho do padrão universal de humanidade. A partir deste conjunto de elementos, Campbell (2017, p.287-288) reconfigura sua definição primeva de capacitismo, passando a entendê-lo como um

sistema de relações causais sobre a ordem da vida que produz processos e sistemas de titulação e exclusão. Essa causalidade promove condições de microagressão, capacitismo internalizado e, em seu embate, noções de (des) onerosidade. Como sistema de práticas divisórias, o capacitismo institui a reificação e a classificação das populações. Os sistemas capacitistas envolvem a diferenciação, classificação, negação, notificação e priorização da vida senciente.

A maneira pela qual Campbell (2009) concebe o capacitismo como vinculado a uma relação produtiva que pode promover processos de titularidade e exclusão permite a consideração e leitura de outros coletivos como também não capazes, criando uma dobra de interseccionalidade que conecta a experiência da deficiência a outras formas de opressões como àquelas manifestas em práticas racistas, machistas, homofóbicas, entre outras.

Em função destes elementos, nos é permitido interpretar o capacitismo tanto sob a perspectiva da discriminação contra pessoas com deficiência como sobre qualquer outro coletivo socialmente marginalizado. Tal fato se desdobra em virtude do capacitismo materializar uma trajetória de perfeição semeada pela cultura ocidental e profundamente internalizada nos sistemas epistemológicos de poder e saber. É uma maneira de pensar sobre corpos, integridade e existência que configura saberes e formas como normais e anormais, saudáveis e patológicas, capazes e incapazes, aptas e inaptas, eficientes e deficientes, humanas e não humanas; por conseguinte, sua elucidação auxilia na compreensão de como determinados coletivos de pessoas são habilitadas através de direitos valiosos e outros coletivos – não hegemônicos, mas não necessariamente menores - veem negados estas oportunidades e direitos.

Escorada na ideia de que a constituição de um sistema capacitista passa pela separação distintiva entre a noção de normal (humanidade aperfeiçoada) e anormal (não completamente humano) e que estes atributos se mostram móveis e mutáveis ao longo da história, Campbell (2009, 2019) vaticina que o capacitismo funciona para inaugurar a norma.

Destacada suposição mostra-se polêmica e, ainda que não constitua objeto deste texto, nos leva a rememorar que a ideia de norma historicamente surge na Idade Moderna em substituição ao conceito de ideal, que guiava a busca do belo e perfeito até o Medievo. Davis (1995) assinala que enquanto o conceito de ideal se assemelhava a figura do criador e a outros atributos concebidos no plano religioso ou mágico, portanto, tido como de difícil alcance, o suposto da norma utiliza como quadro representacional os próprios seres humanos terrenos, atrelando-se a uma composição existencial teoricamente possível de assemelhar.

Não por acaso, Davis (1995) afirma que as geografias de exclusão experimentadas como gramática moral e estética do tempo moderno mostram-se incomparáveis em termos extensivos quando correlacionados àquelas vistas nas sociedades pré-modernas, uma vez que enquanto nas sociedades pré-capitalistas o corpo ideal não pode ser alcançado, desde a modernidade, com seu caráter mundano e imanente, esta relação se transforma ao colocar o corpo normal como de possível alcance, embora sua métrica se transforme continuamente. Aliás, sobre este aspecto, não estranha que hodiernamente muitos busquem processos clínicos ou a mudança radical nos hábitos de vida para se tornarem aderentes a este normal.

Partindo destes elementos e considerando que o conceito de norma aparece anteriormente aos de capacidade e eficiência, seria mais correto em termos de genealogia afirmar que a norma inaugurou a ideia capacidade, invertendo o raciocínio de Campbell (2009), sendo este um ato originário de representação social.

Isto posto, importa aqui asseverar que o capacitismo se erige mediante ideias socialmente construídas de produtividade, inteligência, beleza densamente enraizadas em plataformas patriarcais e colonialistas, na antinegritude e na homofobia, no machismo e na xenofobia, no etarismo e na aporofobia, na definição clínica de corpos diferentes como patológicos e em práticas eugênicas e assimilacionistas. Com base neste universo intelectual, criam-se corpos vistos como valiosos, reprodutíveis e dignos de reconhecimento pleno e outros aos quais até a possibilidade de participação nas fruições culturais é obstaculizado. Contudo, como duplo dialético constituinte, ao valorizar certas capacidades e defenestrar algumas formas existenciais como inválidas, a epistemologia analítica do capacitismo permite investigar - para além das práticas e processos que criam a condição de deficiência e acarretam um tratamento desigual a estes sujeitos devido a incapacidades reais ou presumidas -, a produção da própria ideia de capacidade, de corpo perfeito e saudável (ainda que tais categorias mostrem-se escorregadias e mutáveis ao longo da história).

Tal fato gera inéditos engajamentos e novas problemáticas de estudo cravadas pela marca da interseccionalidade, posto permitir visualizar proximidades e distâncias nas formas como as pessoas com deficiência e outros coletivos marginalizados são nomeados, desfilados, enumerados, separados ou incluídos nos regimes culturais estabelecidos ao longo da história. Ademais, sublinhada investigação nos possibilitaria visualizar como as construções legais, morais, biológicas, culturais e sociais exibem expectativas de capacidade e como essas expectativas interferem decisoriamente nas probabilidades de participação social dos sujeitos.

## **O capacitismo como categoria útil na compreensão de opressões vivenciadas por coletivos marginalizados**

Versar sobre os contributos fornecidos pela análise do capacitismo no entendimento de opressões vivenciadas por coletivos marginalizados requer como princípio angular a consideração do caráter poroso e capilar deste conceito analítico abrangente e transversal.

Como gramática moral erigida no sentido de diferenciar o aceitável do dispensável, o pensar capacitista se arquiteta a partir da definição transcultural de um arquétipo humano tido como normativo e da designação dos limites de variação

permitidos no quadro desta representação que é corporal, mas também sensorial, comportamental e funcional, uma vez que para além de um discurso de origem das coisas e relações, o capacitismo jamais deixa de ser um discurso de destino que tem por função a consolidação de determinadas subjetividades. Logo, embora transcultural, sua lógica não pode ser entendida como universal em razão da variabilidade da interação entre povos e meios.

Escorado nestes supostos, é factível visualizar as opressões contra minorias (negros, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, imigrantes, gays, idosos) como derivadas de desvios projetados em relação a este quadro normativo, afastamentos estes em termos de comportamento, funcionamento, aparência, origem, orientação sexual ou papel social esperado. A estrutura capacitista afiançou o recrudescimento de práticas divisionistas as quais circulam como divisões de um naturalismo que não resiste ao terreno da crítica, mas que continuam operando como disciplinador de relações sociais, daí sua função fáctica.

Por conseguinte, embora o conceito de capacitismo tenha se desenvolvido a partir da luta expressa pelo movimento de pessoas com deficiência no afã de questionar os desígnios da normatividade e a ideia de corpo útil/capaz, sua capilaridade formativa permite abranger a explicação de outras subjetividades que de diferentes maneiras, na epistemologia e nas práticas sociais, foram constituídos como locais de inferioridade e sub-representação.

Sendo assim, a epistemologia do capacitismo nos permite descortinar o leque de papéis e simbolismos vinculados as expectativas corporais-estéticos-funcionais de forma a compreender como estes componentes atuaram para inaugurar a ordem moderna e, posteriormente, criar mecanismos que facilitavam sua preservação como fato natural. Esta abertura de perspectiva nos possibilita transformar tanto os estudos da deficiência como os próprios paradigmas disciplinares, implicando não somente uma nova história das pessoas com deficiência, mas, sim, uma nova história social.

Claro que, para tanto, citada epistemologia precisa se desenvolver a fim de se tornar uma literatura mais robusta e referenciada, o que lhe possibilitará dar conta de uma série de explicações ignoradas no que se refere a produção de desigualdades e diferenciação social. Muito possivelmente, a primeira tarefa desta genealogia projetiva seja a de inquirir como os sistemas capacitistas funcionam no sentido de alargarem ou estreitarem as relações humanas e quais efeitos estes promovem na imaginação e configuração dos papéis sociais esperados para cada sujeito afiliado em determinado coletivo.

Contudo, estes questionamentos inaugurais não bastam ao intento anunciado. É fundamental também indagar como o sistema capacitista nos permite conferir sentido a ordenação das práticas sociais e do conhecimento historicamente produzido desde a modernidade. Importa, adicionalmente, indagar se a diferença quanto à norma definida pelo capacitismo diferencia somente em desvantagem ou pode engenhar movimentos contestatórios da normatividade e da própria ordem constituída; mais que isso, de que forma essa segunda relação se configurou ao longo do tempo em coletivos marginalizados e se é possível constatar intersecções as quais nos permitem vaticinar que a conquista de uma determinada minoria impulsiona o alcance de direitos sociais, civis e políticos de outras minorias. A investigação do capacitismo interessa, adicionalmente, a fim de

descortinarmos quem define a diferença como diferença e quem estabelece a norma como norma.

Para além destas problematizações, outras tão importantes devem ser feitas, quais sejam: Como o capacitismo designa o outro? Que características definidoras são estruturais na marcação de um grupo como diferente ou idêntico e quais atribuições são levadas em conta no forjar desta configuração? Como as fronteiras do sistema binário capacitista são formadas, mantidas ou dissipadas e como estes elementos impactam no forjar de relações opressivas? Existe uma distinção operativa entre a representação simbolizada pela norma e aquela expressa pelo conceito pré-capitalista de ideal no que tange a construção dos papéis sociais dos grupos lidos como marginalizados? Por qual razão a diferença expressa pela deficiência é tida como a sinédoque da extranormatividade desde a ascensão do modo capitalista de produção?

O escrutínio destas indagações mostra-se fundamental para que possamos entender a persistente associação entre brancura, masculinidade, heterossexualidade e ausência de comprometimentos clínicos como condição determinante para ocupações dos espaços de poder na sociedade. Tal desvelamento, complementarmente, nos permitiria criar um conjunto de explicações que analisassem como os padrões corponormativos se constituem elementos decisórios de afiliação cultural e como se comportam tal qual um componente estrutural, ou seja, manifestando-se mesmo quando não instado pela vontade individual. Este quadro intelectual nos permite compreender os sistemas de significados pelos quais somos atravessados e as próprias formas de representação do eu, do outro, do eu como outro e do outro como eu.

Sublinhadas questões, embora não esgotem o tema, auxiliariam na criação de uma literatura radical acerca da categoria capacitismo que poderia ser útil para a análise da história social como um todo. Uma literatura de vanguarda que tenha por marca a insubordinação ao idêntico.

Analisado sob esta dimensão gnosiológica, o capacitismo não deixa de ser uma forma medular de atribuir significado as relações de poder e por meio do qual o poder – não como coisa, mas relação - é articulado, legitimado, contestado e reordenado. O capacitismo trata-se, portanto, de uma ideologia composta por estruturas mentais, conceitos, imagens e sistemas de representações que grupos hegemônicos implantam no sentido de preencher de sentido os fenômenos que os rodeiam, dando inteligibilidade aos mesmos. Este entendimento é cardeal para que possamos explicar os arranjos de domínio e organização através do qual as sociedades se estruturam e o poder se estabiliza.

Pensar sob a lógica de um corpo teórico erigido inicialmente a partir de iniciativas de pessoas com deficiência para explicar a totalidade das formas de opressão social não deixa de ser um mecanismo sedutor e rompedor de barreiras. Se nada pode ser denunciado se a denúncia for feita dentro do sistema a que pertence a coisa denunciada, ninguém melhor que a experiência tida como sinédoque da extranormatividade para expor a própria norma, fato que coloca a categoria deficiência em um lugar de fala absolutamente central na denúncia da coisa em si e na compreensão de como a estrutura capacitista nos governa, modela e marginaliza uma miríade de coletivos identitários.

Nestes termos, a interseccionalidade e porosidade expressa pela ideia de deficiência – que cruza todas as outras identidades sociais no exato momento em que alguém pode ingressar nesta categoria a qualquer momento – e o consequente desvendar

do capacitismo devem ser encarados como uma potente ferramenta para configurar paisagens acessíveis, enfim, um instrumento cardeal de luta de política.

Cabe ressaltar que o desenvolvimento da epistemologia capacitista tem o condão de possibilitar aos próprios pesquisadores dos estudos da deficiência escaparem da guetização de seu impacto ao adentrarem em searas interpretativas correlacionadas a outros coletivos. Singular aqui se fazem as palavras de Wolbring (2012, p.78), para quem “a investigação baseada em estudos sobre deficiência, especialmente o trabalho em torno do conceito de capacidade, tem forte utilidade fora dos estudos sobre deficiência, mas até agora, raramente é aplicada fora do domínio dos estudos sobre deficiência”.

Parte desta conjuntura deriva-se da maneira pela qual a sociedade vê sobejamente a experiência da deficiência como categoria fixa e não pelo prisma da diversidade. Acerca deste aspecto, importa assinalar que muitos ainda não visualizam a deficiência como marcador de diversidade e, tampouco, seus sujeitos como membros de um grupo minoritário, raciocínio vinculado ao entendimento da deficiência sob a ótica da medicalização, fato que cria barreiras no estabelecimento de interconexões com outras formas de opressões. Outra parte deste quadro adverso descende das distâncias ideológicas criadas entre coletivos marginalizados os quais deixam de perceber que aquilo que os unem na luta social é muito mais forte do que aquilo que os separa em termos de disponibilização de direitos. Por fim, o rareado debate sobre o capacitismo no campo acadêmico e nas relações ordinárias também relaciona-se ao caráter embrionário dos próprios estudos da deficiência, os quais necessitam arquitetar uma epistemologia que engene potentes e inéditas intersecções analíticas em relação a outros coletivos minoritários na explicação dos processos de diferenciação social marcadores das fronteiras entre eu e outro, sendo este um dos desafios acampados por este texto e ao qual apresentaremos algumas contribuições a seguir.

### **Intersecções capacitistas: a categoria deficiência e o escape ao normativo**

Partindo do suposto que a situação de deficiência, a partir da consolidação da modernidade, materializa a sinédoque das condições extranormativas temos que seguramente sua análise possa contribuir para o desvendar das formas pelas quais as estruturas sociais criam uma camada divisionista que divide as pessoas entre o eu e outros. Por conseguinte, os estudos da deficiência, para além de transformar e desafiar a maneira como pensamos esta condição, nos possibilita ressignificar o próprio entendimento que construímos sobre o que significa ser um ser humano na sua mais alta expressão. Isto posto, recobra sentido a célebre passagem de Hooks (2001), para quem, as margens podem ser, mais que um local de privação, uma zona de possibilidade radical, um espaço de resistência. E ninguém esteve mais as margens da sociedade, desde o fortalecimento do sistema capitalista de produção, que as pessoas com deficiência.

A luta das pessoas com deficiência por reconhecimento, redistribuição e representatividade materializa um caminho para a superação do atual estágio de coisas em que nos encontramos e da barbárie que nos ronda, quadro que passa frontalmente pelo desvelar da dinâmica multiescalar do capacitismo e da violência estrutural, institucional, social, política, interpessoal e intrapsíquica que o mesmo engenha, uma dinâmica tão naturalizada que, às vezes, é difícil percebê-la e nomeá-la, mas, ainda assim, satura a

maneira pela qual organizamos o trabalho, os espaços escolares e de saúde, as políticas e instituições públicas, a noção de bem-estar e a vida cotidiana. A partir deste processo podemos expor o caráter arbitrário e histórico das opressões vivenciadas pelas pessoas com deficiência, refutar qualquer argumento que naturalize dita situação e inspirar projetos transformadores que recusem ideologias segregacionistas e redesenhe os espaços sociais.

As linhas capacitistas pela qual somos de/formados implica um modo de ser que torna nossos corpos e mentes como que esculturas estéticas para a projeção dos regimes existenciais que desejaríamos espelhar na tentativa de exercer sensualidade, competência e protagonismo social. Ao descentralizar esta lógica nos é facilitado olhar o mundo de dentro para fora e não o inverso como comumente fomos enquadrados a imaginar. Em outros termos, significa problematizar a norma e não a anormalidade, o que pode induzir a questionamentos inéditos realizados a partir de plataformas originais. Ao bem da verdade, os surdos já o fizeram isso quando ao invés de problematizar a anormalidade da surdez contestaram a normalidade do que significa ser ouvinte.

Destes supostos, desdobram-se uma série de indagações com potencial para desestabilizar o ponto de vista dominante e modificar nossa forma de pensar os fenômenos cotidianos, uma vez que historicamente termos sido acostumados a raciocinar sob a lógica formal, a lógica do direito. Pensar a norma e não o desvio como questão problemática da significação social, ao contrário do que possa parecer, não é colocar o mundo de cabeça para baixo, mas, sim, desvirá-lo de sua condição invertida e reestabelecer a ordem das premissas ao vaticinar que é a norma que surge como elemento inaugural e não o desvio, sendo que somente após sua definição as distinções secundárias se fazem evidentes.

Sublinhada maneira de encarar os fenômenos sociais consente reimaginar, inclusive, a maneira pela qual as áreas clínicas veem a experiência da deficiência desde a formação de seus profissionais. Uma prática que, nas palavras de Garland-Thomsom (2012), teria por objetivo construir um afeto de orgulho e identidade positiva em pessoas com deficiência nos espaços de saúde, fazendo com que estas valorizem sua experiência como rica e produtiva. Este tipo de aprendizado permitiria, de acordo com Mitchell (2016, p.19) “reimaginar a materialidade da deficiência como variação desejável, em vez de continuar a promover a normalização como única solução possível”.

O reimaginar dos mapas normativos e das artimanhas do capacitismo nos leva a sentenciar que se ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher como revolucionariamente assinalou Beauvoir (2009), ninguém também nasceria deficiente, pois esta condição somente se materializa em determinados regimes de saber e poder, não resultando de um ato inaugural ou único. Ademais, se fazer-se mulher, como pontua Louro (2008, p.17) “dependia das marcas, dos gestos, dos comportamentos, das preferências e dos desgostos que lhes eram ensinados e reiterados, cotidianamente, conforme normas e valores de uma dada cultura”, o mesmo poderia ser pensado em relação ao fazer-se e ser pessoa com deficiência.

A representação simbólica da categoria deficiência não existiria de forma análoga a que presenciamos atualmente sem a anterior divisão entre normal e anormal, posto tal quadro representacional ser construído com base na ideia de natureza imanente, um conceito inexistente até o medievo e que separou os seres humanos a partir de um conjunto arbitrário de qualidades terrenas e os hierarquizou em termos comparativos.

Neste processo de hierarquização, os atributos característicos da condição de deficiência foram interpretados pela modernidade como essencialmente negativos e denotando desvantagem irreversível aos sujeitos que os apresentavam, fato estruturador de um conjunto de práticas separatistas que se configuraram como determinantes primários nas relações de reconhecimento, produção e distribuição destas pessoas. Este cenário auxilia no entendimento da razão pela qual as pessoas com deficiência apresentam as piores condições de renda, os mais baixos níveis educacionais, ocupação laboriosa e acesso aos serviços de saúde, assim como as menores taxas de representação em cargos eletivos quando comparadas a outros grupos minoritários (PICCOLO, 2023).

Tais elementos exasperam a formação fáctica de um círculo cumulativo de desigualdades que deprime radicalmente as possibilidades de protagonismo social das pessoas com deficiência. Exacerbam também de maneira clarividente que parcela significativa dos prejuízos enfrentados por estes sujeitos vinculam-se não aos infortúnios da incapacidade, e, sim, a maneira pela qual as paisagens sociais e comportamentais se edificaram de forma a tornar estes corpos estranhos, evitáveis e até detestáveis. Estes esclarecimentos nos permitem fugir das armadilhas constituídas pelo binarismo do saber clínico ao desnudar como falsa a vinculação da desigualdade social experimentada por coletivos marginalizados como se fosse derivada naturalmente de condições individuais, biológicas e genéticas, uma armadilha que, no entender de Bourdieu (2009), opera como a mais fundada das ilusões coletivas modernas.

Cabe ressaltar que a consideração da deficiência como produzida socialmente não implica na criação de novas dicotomias, objetivando, ao fundo e fim, o estímulo a uma copresença em que o outro seja visto não somente como destinatário do conhecimento e dos direitos sociais, mas também como produtor de saberes, práticas e culturas que ampliam a riqueza humana e alargam as formas de justiça. Nesse momento, recobra sentido a frase de Todorov (apud COSTA, 2022, p.37), para quem “o primeiro ato moral consiste em não sobrepor a dupla do bem e do mal à dupla do eu e do outro”.

A categoria deficiência vista sob esta perspectiva funciona tanto como ferramenta de mobilização como de mediação para reivindicações políticas, se configurando sob a perspectiva analítica e nativa, pois tanto permite a análise de um conjunto de fenômenos, fazendo sentido no corpo de uma dada teoria (analítico), como possui sentido no mundo real, prático, cotidiano (nativo).

A consolidação e popularização da deficiência como construção social representa um acontecimento de grande impacto na vida dos sujeitos que vivenciam esta experiência, não devendo ser vista como algo secundário. Isto porque, como já nos ensinava Durkheim (1999), um fato social somente pode ser explicado por outro fato social, assim, a deficiência passa a ser explicada também como negligência e obstrução promovida por uma estrutura social insensível a sua diferença.

Tal desdobramento permite enquadrar dita categoria sob a ótica dos direitos humanos na sua mais abrangente dimensão, o que nos leva, concomitantemente, a mudar nossos quadros de referência e sentido para a construção de um conceito de justiça, que para além de uma abordagem crítica das barreiras e obstáculos que atravancam a vida das pessoas com deficiência, congregue como caráter crucial de sua ordem formativa a disponibilização de mecanismos feitos para promoção de igualdade dos historicamente discriminados.

Nessa perspectiva, as variações nas características pessoais associadas à presença de comprometimentos (físicos, sensoriais, psicológicos ou comportamentais) devem ser lidas como contributivas a sociedade ao permitirem que o potencial individual-humano se realize plenamente em variadas formas. Para tanto, a sociedade deve disponibilizar suportes, auxílios e serviços a fim de permitir a integração econômica, política, cultural, à autodeterminação e o gozo pleno dos direitos legais e sociais da pessoa com deficiência ou de qualquer outra minoria.

Cabe ressaltar que as conquistas destes direitos não se constituíram de maneira natural com o correr do tempo ou como frutos dadivosos do racionalismo iluminista, muito pelo contrário, pois se mostram vinculadas a intensas e radicais lutas sociais desempenhadas por coletivos minoritários na busca por igualdade.

No caso das pessoas com deficiência, foram lutas que objetivaram tonar visíveis outras formas de existir, outras estéticas, éticas, corpos e experiências. Lutas pelo direito de falar por si, sobre si e para si. Lutas pelo direito de ter e pelo direito de ser. Lutas para denunciar a violência do capacitismo e o apego da sociedade a padrões fetichizados de humanidade transcendidos em processos classificatórios universais que veem o outro da deficiência como espaço da exclusão e emparedamento.

Lutas por uma nova linguagem, não capacitista e que não essencialize a experiência da deficiência. Até por isso, entendemos que nomear e popularizar o conceito de capacitismo é tão importante, mesmo porque se não nomeamos aquilo que deve ser derrotado, ele não será derrotado. Escorado neste suposto, Oliver (1990) afirma que a linguagem, para além da comunicação, tem a ver com política, dominação e controle. Palavras são poderosas na formação da percepção pública sobre experiências que nos cercam, sendo assim, as batalhas para obter o controle sobre a forma pela qual a deficiência é descrita configuram-se como parte da luta mais ampla por justiça e para a construção de uma nova geografia social que interrompa o capacitismo generalizado mediante uma dialética que promova adaptações necessárias no emprego, na educação, na saúde, na assistência social, nas possibilidades de fruição cultural, esportiva e de lazer, nos espaços públicos e privados.

Para finalizar, destacamos a necessidade da construção de uma epistemologia do capacitismo nativa e analítica como fundamento de uma dialética que denuncie a maneira pela qual os coletivos marginalizados foram isolados, encarcerados, observados, operados, regulados, tratados, controlados, despersonalizados e desumanizados ao longo da modernidade. Uma dialética que ao sinalizar o capacitismo como uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações e desigualdades sociais contribua para a emancipação política e para a construção de um novo quadro normativo. Uma dialética em que o ter não se sobreponha ao ser, em que o eu não se sobreponha ao outro, em que o igual não se sobreponha ao diferente, em que a norma seja representada pela humanidade em suas variadas dimensões e não apenas por uma fração dela. Uma dialética em que o discurso da inclusão passe a ser desnecessário no exato sentido de todos já participarem e ocuparem paritariamente a totalidade dos espaços sociais. Ontologicamente, trata-se da construção de um novo mundo, de uma nova antropologia, de uma nova vida cotidiana.

## **Referências Bibliográficas**

- ALBRECHT, G. L. **Encyclopedia of disability**. Sage, 2006.
- BAKHTIN, M. **Rabelais and his World**. London: MIT Press, 1968.
- BARNES, C. Disability and the Myth of the Independent Researcher, **Disability & Society**, 11:1, 107-112, 1996.
- BAUMAN, Z. **Modernity and the Holocaust**. Oxford: Polity, 1989.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BEAUVOIR, S (de). **O Segundo sexo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2009.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, D. Handicapism. **Soc. Pol.** v.7, 14–19, 1977.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BRADDOCK, D, L.; PARISH, S, L. History of disability. **Handbook of disability studies**, SAGE, 2001.
- CAMPBELL, F. K. “InciPng Legal FicPons: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law.” **Griffith Law Review**, London, v. 10, n.1, p. 42-62, 2001.
- CAMPBELL, F. K. Exploring internalized ableism using critical race theory. **Disability & Society**, 23(2), 151–162, 2008a.
- CAMPBELL, F. K. **Contours of ableism**. London, UK: Palgrave Macmillan, 2009.
- CAMPBELL, F. K. “Queer Anti-Sociality and Disability Unbecoming an Ableist Relations Project?” In: **New Intimacies/Old Desires**, p.280–316. New Delhi: Zubaan Books, 2017.
- COSTA, S. A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 1, p. 35–61, 2002.
- DAVIS, L. **Enforcing normalcy: Disability, deafness, and the body**. New York: Verso, 1995.
- DUMONT, L. Casta, racismo e “estratificação”. In: AGUIAR, Neuma (Org.) **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- DURKHEIM, É. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes: 1999.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA: Salvador, 2008.
- FOUCAULT, M. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GARLAND-THOMSON, R. **Extraordinary bodies: Figuring physical disability in American culture and literature**. New York: Columbia University Press, 1997.
- GARLAND-THOMSON, R. The Case for Conserving Disability. **Bioethical Inquiry**, v.9, p.339–355, 2012.
- GUILLAUMIN, C. **Race et nature**, L'idée de Nature, Paris, Côté-femmes Editions, 1992.
- HOOKE, B. **Yearning: Race, Gender and Cultural Politics**. Boston, 2001.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paul: Editora 34, 2013.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17–23, maio 2008.

MELLO, A, G, (de). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, out. 2016.

MELLO, A, G, (de). Corpos (in)capazes: a crítica marxista da deficiência. **Jacobin**, Brasil, São. Paulo, p. 98-102, 11 dez. 2020.

MITCHELL, D. “Disability, Diversity, and Diversion: Normalization and Avoidance in Higher Education.” In: **Disability, Avoidance and the Academy**. p.9–19. Oxon: Routledge, 2016.

OLIVER, M. **The politics of disablement**. London: Macmillan Education, 1990.

RAUSCHER, L., & MCCLINTOCK, J. Ableism curriculum design. In: **Teaching for diversity and social justice**. New York: Routledge, 1996.

SCOTT, J, W. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SHAPIRO, J. **No pity**: People with disabilities forging a new civil rights movement. New York: Times Books, 1993.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

WOLBRING, G. The Politics of Ableism. **Development**, v.51, 252–258, 2008.

WOLBRING, G. Expanding Ableism: Taking down the Ghettoization of Impact of Disability Studies Scholars. **Societies**. v.2(3):75-83, 2012.

Declaração de Contribuição do Artigo:

Autor: Gustavo Martins Piccolo

Declaração de Conflito de Interesses:

Declaro não haver conflito de interesses

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.